

FUNDAÇÃO DE ENSINO “EURÍPIDES SOARES DA ROCHA”
CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPIDES DE MARÍLIA – UNIVEM
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

RAFAEL AMARAL CANDIDO

**IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE JUNTO A
CONTABILIDADE EMPRESARIAL: DA TEORIA À PRÁTICA**

MARÍLIA
2014

RAFAEL AMARAL CANDIDO

**IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE JUNTO A
CONTABILIDADE EMPRESARIAL: DA TEORIA À PRÁTICA**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Administração da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, mantenedora do Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, como requisito parcial para obtenção do grau de Administrador de Empresa.

Orientadora:

Prof^a. Ms. Vania Cristina Pastrí Gutierrez

MARÍLIA
2014



FUNDAÇÃO DE ENSINO "EURÍPIDES SOARES DA ROCHA"
Mantenedora do Centro Universitário Eurípidos de Marília - UNIVEM

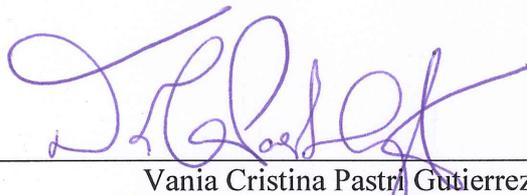
Curso de Administração

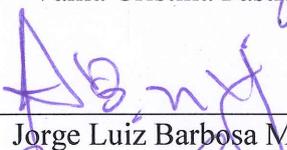
Rafael Amaral Cândido - 47970-5

TÍTULO "Importância da sustentabilidade junto a contabilidade empresarial: da teoria à prática "

Banca examinadora do Trabalho de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração da UNIVEM, F.E.E.S.R, para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Nota: 8,5 (Vito e Muro)

ORIENTADOR: 
Vania Cristina Pastrri Gutierrez

EXAMINADOR: 
Jorge Luiz Barbosa Maciel Junior

EXAMINADOR: 
Roberta Ferreira Brondani

Marília, 01 de dezembro de 2014.

*Dedico aos meus familiares em especial a minha
filha Manuela, esposa Mariana e, minha mãe
Cleuza.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por me dar entusiasmo e força, e ao seguir seus ensinamentos consegui vencer mais uma etapa da minha vida.

À minha esposa Mariana, filha Manuela e mãe Cleuza, pelo carinho, dedicação e paciência.

Aos todos os professores da Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Centro Universitário Eurípides de Marília – Univem, do curso de Administração;

A minha orientadora Prof^a. Vania Cristina Pastrí Gutierrez e, obrigada por aceitar me orientar, proporcionando-me um maior aprendizado;

Em especial ao Coordenador Prof. Camilo Sivelli (*in memorian*).

A maior habilidade de um líder é desenvolver habilidades extraordinárias em pessoas comuns.

(Abraham Lincoln)

CANDIDO, Rafael Amaral. Importância da sustentabilidade junto a contabilidade empresarial: da teoria à prática. 2014. 49. Trabalho de Curso (Administrador de Empresa) – Centro Universitário Eurípides de Marília. Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, Marília, 2014.

RESUMO

As empresas estão procurando adotar um sistema de gestão ambiental para melhor gerenciamento dos impactos sobre o meio ambiente, sempre visando uma melhor gestão de custos. Uma vez que consomem menos matéria-prima e insumos, geram menos subprodutos, reutilizam, reciclam, lucram com seus resíduos e gastam menos com o manejo e controle da poluição e recuperação ambiental. De maneira drástica, em virtude do crescimento da economia, o meio ambiente começa a ser afetado, e com a finalidade de não deixar parar o crescimento, sem prejudicar o meio ambiente, existem inúmeras ciências focadas para a preservação e manutenção da natureza, sendo uma delas a Contabilidade Ambiental, a qual tem por escopo a busca incessante pela implementação junto as organizações de uma maneira a fim de conseguir continuar com suas atividades sem prejudicar o meio ambiente, com o uso do Sistema de Gestão Ambiental trazendo benefícios a organização, tais como a melhoria na imagem institucional, bem como por meio dos certificados que as empresas podem conseguir desde que sigam os padrões exigidos trazendo mais confiabilidade em seus negócios os benefícios que a Contabilidade traz para empresa com a publicação do balanço ambiental trazendo transparência em suas atividades mostrando que a organização está respeitando o meio ambiente.

Palavras-chave: Contabilidade. Gestão Ambiental. Sustentabilidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE	11
1.1 Meio ambiente	11
1.2 A sociedade e o meio ambiente como fonte de recursos	11
1.3 Desenvolvimento sustentável	12
2 GESTÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE COMO FATOR IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	17
2.2 Empresa sustentável	17
2.2.1 Empresas e comunidades juntas no crescimento da sustentabilidade	22
2.3 Dimensões da sustentabilidade nas organizações	24
2.4 Gestão ambiental empresarial e competitividade: vantagens de ser uma organização sustentável	25
2.5 Mecanismos da sustentabilidade: procedimentos para as organizações se tornarem sustentáveis	27
2.5.1 Eco-eficiência	28
2.5.2 Produção mais limpa	29
3 CONTABILIDADE E SUSTENTABILIDADE	31
3.1 Contabilidade ambiental	31
3.2 Custos fixos, variáveis e semivariáveis ou semifixos	32
3.3 Componentes da contabilidade ambiental	33
3.3 Fundação o Boticário	35
3.3.1 Responsabilidade social	35
3.3.2 Apoio a Projetos	37
3.3.3 Áreas Naturais Protegidas	38
3.3.4 Educação e Mobilização	40
3.3.5 Motivações	43
3.3.6 Aprendizagens	44
3.3.7 Recomendações para a replicação da prática	44
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por intuito tecer breves considerações quanto a importância da sustentabilidade junto a contabilidade empresarial, isto, pois, a partir do momento em que a empresa começa a valorizar-se mais e colocando em prática a questão sustentável percebe que existe mudanças visíveis em todos os departamentos, inclusive aumentando os lucros, diminuindo algumas vezes as despesas e conquistando ainda mais o público alvo.

Basta acompanhar o dia-a-dia para verificar o quanto o ser humano está destruindo o meio ambiente. O crescimento das cidades, as indústrias e os veículos estão causando prejuízos significativos e irreparáveis para o ar, o solo e as águas. O desenvolvimento é necessário, porém, o ser humano precisa respeitar mais o meio ambiente.

Foi nos últimos dois séculos que se agravou o problema ambiental na Terra, com a intensificação da industrialização e o conseqüente aumento da capacidade de intervenção do homem na natureza. Essa situação é facilmente verificável pela evolução do quadro de contaminação do ar, da água, e do solo em todo o mundo e pelo número crescente de desastres ambientais. Esse processo de contaminação também tem levado um número crescente de pessoas a se submeterem a um processo de conscientização cruel, já que ocorre em decorrência da multiplicação de desastres ambientais.

Em conjunto com o aumento das denúncias sobre os problemas de contaminação do meio ambiente é que verifica-se o aumento da conscientização ambiental ao longo da segunda metade do século XX. Em virtude de todos os processos que foram surgindo vez com que fosse gerado um grande número de normas e regulamentos internacionais que foram reproduzidos nos estados nacionais e, ao mesmo tempo, surgiram vários órgãos responsáveis para acompanhar a aplicação desses instrumentos legais, como secretarias, departamentos, dentre outros.

Essa nova realidade implica numa radical mudança de atitude por parte das organizações do setor privado e público da economia, que tem cada vez mais de levar em conta a opinião pública quando se trata de questões ambientais.

A adoção de ações sustentáveis garante a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garantindo assim que os recursos naturais necessários durem até as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais, isto é, florestas, matas, rios, lagos, oceanos e garantindo desta forma uma boa qualidade de vida para as futuras gerações.

A gestão ambiental visa o uso de práticas e métodos administrativos que reduzam ao máximo o impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos da natureza.

Assim, ao optar pela implantação de um Sistema de Gestão Ambiental, as empresas não recebem apenas benefícios financeiros, mas também economia de matéria-prima, menores gastos com resíduos, aumento na eficiência na produção e vantagens de mercado. Enfim, ao cuidar do meio ambiente consegue-se economia de insumos, maior valorização do agregamento ao produto, novas oportunidades de negócios e boa imagem perante a sociedade que veem optando por utilizar produtos produzidos por empresas ecologicamente corretas.

No tocante a contabilidade esta tem como finalidade a promoção junto aos usuários da demonstração contábil com as devidas informações as quais ajudarão a tomar decisões. Já a contabilidade ambiental surge com o intuito de contribuir positivamente no campo de proteção ambiental, através de dados econômicos e financeiros resultantes das empresas que exploram o meio ambiente. Assim tendo como vantagens, a identificação e colocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam fundamentadas em custos e benefícios adequadamente medidos; com uma visão econômica, possibilita a aferição das reduções de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não; fornece informações e demonstrativos sobre a eficácia e viabilidade econômica das ações ambientais; com a publicação do balanço ambiental demonstra-se de maneira eficaz a transparência da gestão e uma potencial melhoria de imagem da entidade produtora perante o público;

Tem-se a contabilidade ambiental é o conjunto de informações (registro do patrimônio ambiental), tais como, direitos e obrigações, bens e suas respectivas mutações e os expressos monetários. Daí a importância da contabilidade ambiental como ciências, pois possui a vantagem de oferecer meios de aferição econômica.

Considerando a necessidade de um estudo sobre a viabilidade de se investir em sustentabilidade, para dimensionar e identificar mudanças positivas, e provar o quanto é importante à conscientização de adoção de práticas sustentáveis em todos os níveis organizacionais ou sociais. Assim, pretende-se esclarecer com essa pesquisa dedutiva o seguinte problema: As práticas de ações sustentáveis desenvolvidas pela fundação O Boticário que auxilia numa melhor qualidade de vida nos dias de hoje, e assegurando que os recursos naturais necessários durem até as próximas gerações.

No primeiro capítulo o meio ambiente e a sustentabilidade, será o assunto abordado, especificamente conceituando meio ambiente, o papel da sociedade e o meio ambiente como fonte de recursos e o desenvolvimento sustentável.

No capítulo segundo, a gestão ambiental e a sustentabilidade como fator importante para o desenvolvimento organizacional será o assunto principal, tecendo comentários quanto as empresas sustentáveis, a importância das empresas e comunidades estarem juntas almejando o crescimento da sustentabilidade, as dimensões da sustentabilidade nas organizações, a gestão ambiental empresarial como uma vantagem para o crescimento da sustentabilidade, os mecanismos da sustentabilidade (procedimentos para as organizações se tornarem sustentáveis, a questão da eco-eficiência, e a busca constante de obter-se cada dia mais uma produção mais limpa.

No terceiro e último capítulo, será estudado quanto ao assunto principal, a contabilidade ambiental, ou seja, a contabilidade e a sustentabilidade ambiental, onde será explicado noções de custos fixos, variáveis e semivariáveis ou semifixos; os componentes da contabilidade ambiental; finalizando com um exemplo da Fundação O Boticário.

O método de pesquisa é classificado, como dedutivo, já que chega a sua conclusão por meio de uma sequência lógica de raciocínios que partem da análise do geral para o particular. O procedimento técnico adotado é, em geral, a pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida, exclusivamente, de material já preparado, como por exemplo, livros, artigos em jornais, revistas, publicações, documentos em meio eletrônico e impressos diversos. Quanto ao objetivo geral, a pesquisa é descritiva, pois descreve suas características constituindo relações entre as questões.

1 O MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE

Nos dias de hoje sabe-se que o meio ambiente tem sido um tema que vem ganhando um espaço cada vez maior, surpreendendo a todos, seja nas ruas, junto à imprensa, faz parte dos discursos dos políticos, empresários, administradores, dirigentes de ONGs, e principalmente dos cidadãos de uma maneira geral.

1.1 Meio ambiente

O meio ambiente é tudo que abrange os seres vivos e não vivos que influenciam o ecossistema e a vida humana. De acordo com Wolff (2009), “[...] é o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) brasileira, definida pela Lei nº 6.938 de 1981, denomina meio ambiente como sendo “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (BRASIL, 1981)

Planeta Terra são todos os seus elementos (seres vivos e as coisas que estão ao seu redor), tanto os naturais quanto os modificados é composto pelos seres humanos. Dessa forma, entende-se por meio ambiente, o ambiente natural e o artificial, ou seja, o ambiente físico e biológico natural e o que foi modificado, explorado e edificado pela sociedade, como as áreas urbanas, rurais e industriais. Portanto, o meio ambiente não é somente o espaço onde os seres vivos estão ou podem estar, mas a própria natureza para a presença de vida na Terra. (BARBIERI, 2009) Porém esses meios ambientes não contam com a capacidade de regeneração imediata.

A ideia de que a natureza existe para saciar as necessidades humanas agrega para a degradação ambiental existente hoje.

1.2 A sociedade e o meio ambiente como fonte de recursos

Com o aparecimento da Era Industrial e das grandes concentrações urbanas houve uma perda do equilíbrio entre o meio ambiente e o ser humano.

Definir o meio ambiente como fonte de recursos essenciais para todas as formas de vida é aceitar que todos nós possuímos o poder de sua exploração e dependemos desta fonte de recurso para a sobrevivência.

Barbiere (2008, p. 8), afirma que “[...] os recursos naturais são bens e serviços originais ou primários dos quais todos os demais dependem”. Dessa forma, pode-se dizer que, para satisfazer as necessidades humanas é necessário produzir ou transformar bens e serviços naturais.

Os recursos naturais são considerados renováveis e não renováveis, sendo os renováveis a energia solar, ar, águas, plantas, etc. e as não renováveis a areia, argila, minérios, petróleo etc.

Segundo o *site* WWF (2014), o reconhecimento de que os recursos não são renováveis e de que nós dependemos dos mesmos para a sobrevivência humana e para o crescimento econômico é necessário para o desenvolvimento sustentável, propondo-se que haja uma utilização dos recursos naturais visando sempre a qualidade e não apenas a quantidade.

1.3 Desenvolvimento sustentável

Inicialmente conceituar-se-á sustentabilidade a qual está relacionada com os aspectos os sociais, econômicos, ambientais e culturais da sociedade humana. Destina-se a representar atividades humanas, de forma que a sociedade e sua economia possam satisfazer suas necessidades e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente. O princípio da sustentabilidade aplica-se a vários níveis de organização, desde um empreendimento, a uma comunidade até o restante do planeta. (INSTITUTO ARAYARA, 2012)

Nos últimos dez anos do século XX, consolida-se uma nova visão de desenvolvimento que não somente envolve o meio ambiente natural, mas também inclui os aspectos socioculturais numa posição de destaque, demonstrando que para existir a condição de progresso preocupa-se muito com a qualidade de vida dos seres humanos. Assim, segundo Dias (2009),

[...] as propostas de desenvolvimento sustentável estão baseadas na perspectiva de utilização atual dos recursos naturais desde que sejam preservados para as gerações futuras. Embora de princípios aparentemente simples, a concepção do desenvolvimento sustentável norteia o atual debate

sobre a questão ambiental em qualquer setor das atividades humanas. (DIAS, 2009, p. 30)

Atualmente, pode-se falar numa verdadeira Ordem Ambiental Internacional, como mostra Ribeiro (2001) numa brilhante análise sobre a evolução dos acordos multilaterais concernentes aos mais diversos temas ambientais, distinguindo-se em três fases dessa evolução:

[...] a primeira começa no início do século XX, quando surgem os primeiros acordos multilaterais com o objetivo de regular a ação dos colonos das metrópoles imperialistas no continente africano, que destruíam a base natural das terras conquistadas. Esses acordos não alcançaram seus objetivos e a devastação não foi contida. Na segunda fase, que começa com a Guerra Fria, surge, iniciativas bem sucedidas como o Tratado Antártico e a emergência da temática ambiental no âmbito da ONU e de suas entidades como a UNESCO, a FAO e o PNUMA. A terceira fase corresponde ao período pós Guerra Fria, no qual se destaca a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992. (RIBEIRO, 2001, p. 53)

A partir de então as questões centrais dos acordos multilaterais privilegiam os conceitos de segurança ambiental global e o desenvolvimento sustentável.

Importante salientar também que, o conceito normativo básico de desenvolvimento sustentável surgiu na Conferência de Estocolmo de 1972, e foi designado à época como “abordagem do ecodesenvolvimento” e, depois renomeado com a denominação atual.

Para Branco (2004), desenvolvimento sustentável seria,

[...] hoje se fala muito em uma nova forma de desenvolvimento econômico, denominado desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento autossustentado, que é obtido de forma compatível com a preservação dos recursos naturais de um determinado país. Em outras palavras, trata-se de desenvolvimento não-predatório. (BRANCO, 2004, p. 125)

Foi o relatório produzido pela Comissão Brundtland que apresentou pela primeira vez uma definição mais elaborada do conceito de desenvolvimento sustentável, onde segundo Dias (2009),

[...] procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas [...]. O relatório define as premissas do que seria o Desenvolvimento sustentável, o qual contém dois conceitos chave: primeiro, o conceito de “necessidade”, particularmente aquelas que são essenciais à sobrevivência dos pobres e que devem ser prioridade na

agenda de todos os países; segundo, o de que o estágio atingido pela tecnologia e pela organização social impõe limitações ao meio ambiente, que o impedem conseqüentemente de atender às necessidades presentes e futuras. (DIAS, 2009, p. 31)

Observa-se que mesmo sendo um conceito vastamente usado, não há uma única visão do que seja o desenvolvimento sustentável. Conforme ensinado por Dias (2009), para alguns,

[...] alcançar o desenvolvimento sustentável é obter o crescimento econômico contínuo através de um manejo mais racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias mais eficientes e menos poluentes. Para outros, o desenvolvimento sustentável é antes de tudo um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais. Ou seja, para alguns se trata somente de compatibilizar o meio ambiente com um crescimento econômico contínuo, mantendo as condições que produzem e reproduzem as relações de exploração, hierarquização e dominação que permitem a apropriação da capacidade produtiva social por alguns homens. Já para outros, implica novas bases, nas quais se sustenta a civilização, através da construção de uma nova racionalidade, uma racionalidade ambiental, que coloque como sentido e fim da organização social produtiva o bem-estar material do ser humano (nível de vida) e seu desenvolvimento espiritual (qualidade de vida). (DIAS, 2009, p. 33)

Desta forma, é claro observar que o conceito dá margem a interpretações que de certa forma baseiam-se num desequilíbrio entre os três eixos fundamentais do conceito de sustentabilidade, ou seja, quanto ao crescimento econômico, equidade social e a preservação ambiental.

Segundo Dias (2009, p. 30), “[...] o desenvolvimento sustentável será alcançado se três critérios fundamentais forem obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica”. Em outras palavras, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico estão ligados intimamente, onde o uso de recursos naturais para o desenvolvimento deve ser feito de maneira econômica visando a responsabilidade no uso de tais recursos, pois do contrário a degradação e o caos serão inevitáveis.

De acordo com Branco (2004), o desenvolvimento sustentável é válido do ponto de vista econômico, pois aconselha o planejamento de um país ou de uma região, baseado em:

[...] um levantamento de todas as suas necessidades (alimento, energia, matérias-primas e outras necessidades materiais), em comparação com todas as suas potencialidades, isto é, com sua capacidade de fornecimento dessas

necessidades de forma sustentável, ou seja, sem desgastes. A ideia é obedecer à sua capacidade e velocidade de renovação ou reciclagem natural e, sobretudo, resguardar as principais características culturais do país ou da região. (BRANCO, 2004, p. 125)

No contexto do documento, fica claro que o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer às necessidades e aspirações humanas, e que, conforme CMMAD (1991),

[...] é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1991, p. 49)

Resultando daí os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas, que em síntese são, segundo CMMAD (1991):

- a) retomar o crescimento;
- b) alterar a qualidade do desenvolvimento;
- c) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- d) manter um nível populacional sustentável;
- e) conservar e melhorar a base de recursos;
- f) reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- g) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões. (CMMAD, 1991, p. 53)

Segundo Dias (2009), a inserção do conceito de desenvolvimento sustentável junto meio empresarial tem se pontuado mais como sendo um:

[...] modo das empresas assumirem formas de gestão mais eficientes, como práticas identificadas com a eco-eficiência e a produção mais limpa, do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável. (DIAS, 2009, p. 38)

Embora exista um crescimento notável quanto a mobilização em torno da sustentabilidade, ela ainda está mais focada no interior do ambiente organizacional, voltada principalmente para processos e produtos.

No que tange as dimensões da sustentabilidade, pode-se afirmar que o desenvolvimento sustentável nas organizações se apresenta sob três dimensões, conforme ensinado por Dias (2009):

[...] do ponto de vista econômico, a sustentabilidade prevê que as empresas têm que ser economicamente viáveis. Seu papel na sociedade deve ser cumprido levando em consideração esse aspecto da rentabilidade, ou seja, dar retorno ao investimento realizado pelo capital privado. Em termos sociais, a empresa deve satisfazer aos requisitos de proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus empregados, procurando contemplar a diversidade cultural existente na sociedade em que atua, além de propiciar oportunidade aos deficientes de modo geral. Do ponto de vista ambiental, deve a organização pautar-se pela eco-eficiência dos seus processos produtivos, adotar a produção mais limpa, oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional, adotar uma postura de responsabilidade ambiental, buscando a não contaminação de qualquer tipo do ambiente natural, e procurar participar de todas as atividades patrocinadas pelas autoridades governamentais locais e regionais no que diz respeito ao meio ambiente natural. (DIAS, 2009, p. 40)

Não se deve esquecer também, que os dirigentes devem participar de forma ativa das atividades socioculturais de expressão da comunidade que vive ao redor da unidade produtiva, bem como quando da abordagem das três dimensões, o mais importante é o equilíbrio dinâmico necessário e permanente que se deve ter.

Portanto, o princípio, preconizado pelo desenvolvimento sustentável, popularizou-se de tal modo que hoje há um número incontável de interpretações dele, não desfazendo assim sua importância, justamente por trazer ao processo de desenvolvimento os limites de uso da natureza.

Assim, é importante que se consiga a todo custo utilizar os recursos, somente na exata medida em que não prejudique a sua mesma utilização pelas gerações futuras.

2 GESTÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE COMO FATOR IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

2.2 Empresa sustentável

A preservação do meio ambiente nos dias atuais é considerada uma das prioridades de qualquer organização, independente de seu nível social, assim, um dos maiores desafios que o mundo esta enfrentando e continuará a enfrentar será o de conseguir forças a fim de melhorar e proteger e a qualidade do meio ambiente, só sendo possível através da ajuda de padrões fundamentados no desempenho e no uso prudente de instrumentos econômicos, num conjunto harmonioso de regulamentação.

Nesse sentido, Barbieri (2009) explica que,

[...] a solução dos problemas ambientais, ou sua minimização, exige uma nova atitude dos empresários e administradores, que devem passar a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar concepções administrativas e tecnológicas que contribuam para ampliar a capacidade de suporte do planeta. Em outras palavras, o autor quis dizer que se espera que as empresas deixem de ser problemas e façam parte das soluções. BARBIERI, 2009, p. 113)

Percebe-se que em decorrência ao acelerado ritmo de industrialização e concentração de contingentes populacionais em áreas urbanas brasileiras, passou a provocar profundos impactos no meio ambiente, tanto físico, como econômicos, quanto sociais, promovendo desta maneira a atividade industrial um forte fator determinante nas transformações que estão ocorrendo até hoje.

A proteção ambiental deixou de ser apenas uma função exclusiva de proteção para tornar-se também uma função administrativa, pois está contemplada na estrutura organizacional, a qual interfere, de maneira significativa junto ao planejamento estratégico, isto, pois passa a ser uma atividade de total relevância para a empresa, seja na discussão dos cenários alternativos, ou no desenvolvimento das atividades de rotina, resultando na análise de sua evolução gerando as metas, políticas e planos de ação.

Segundo Dias (2009), neste início de século,

[...] as preocupações com o meio ambiente assumem proporções cada vez maiores, em virtude dos efeitos visíveis de desequilíbrios provocados pelo homem na natureza. As empresas, vistas há muito tempo como as principais

vilas do problema, estão de alguma forma conseguindo dar respostas a muitos questionamentos da sociedade. Embora as ações empresariais ambientalmente responsáveis não sejam adotadas por parcelas significativas das organizações, aquelas que o fazem representam lideranças que vão se tornando referências em seus respectivos setores e constituindo-se em modelos para a adoção de padrões e patamares de excelência ambiental. (DIAS, 2009, p. 1)

Assim, pode-se dizer que a inclusão da proteção do ambiente entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de administração.

Portanto, o número de administradores e empresários que, independentemente, adentraram em suas empresas com programas de reciclagem, tais como medidas para poupar energia e outras inovações ecológicas, difundiram-se rapidamente e logo vários pioneiros dos negócios desenvolveram sistemas abrangentes de administração de cunho ecológico.

Nos dias atuais, temos a consciência de que as empresas são as principais responsáveis pelo esgotamento e pelas alterações ocorridas nos recursos naturais, de onde obtém-se insumos os quais serão usados para obtenção de bens que serão utilizados pelas pessoas.

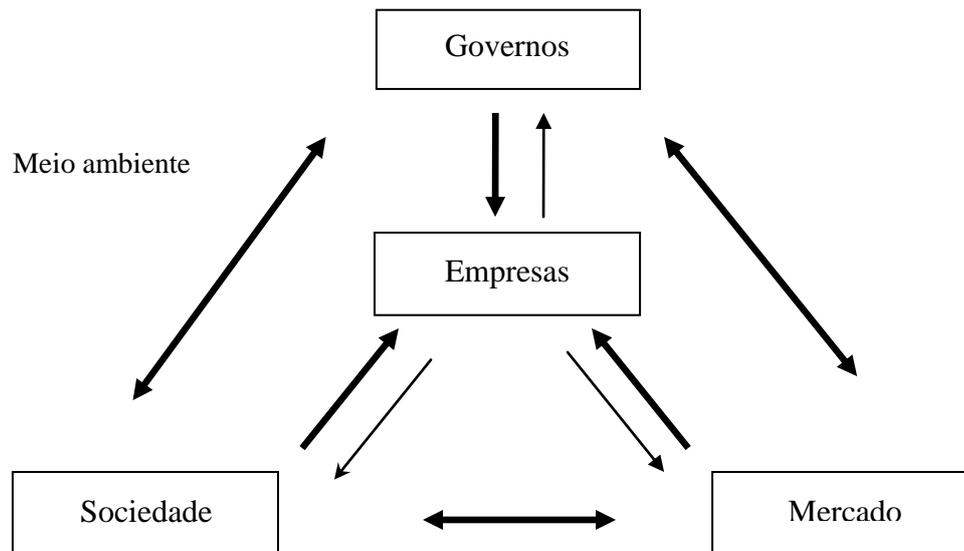
No entanto, conforme Dias (2009),

[...] o papel de vilas do meio ambiente que vem desempenhando as empresas tem sua razão de ser, pois são poucas, proporcionalmente, aquelas que se preocupam e tornam mais eficientes ecologicamente os seus processos produtivos, como o demonstram os dados estatísticos mundiais e nacionais. E, mesmo quando o fazem, a iniciativa é tomada mais como uma resposta a uma exigência dos órgãos governamentais do que por assumirem uma postura de responsabilidade social ambiental. (DIAS, 2009, p. 44)

Porém, é imprescindível e inegável o importante papel desempenhado por essas unidades produtivas, pois apenas como avanço da adoção de Sistemas de Gestão por parte das empresas poderá ter-se uma perspectiva de rumarmos para um desenvolvimento minimamente sustentável.

Como já visto, a contaminação do meio ambiente natural pelas indústrias deu-se em maior quantidade com a Revolução Industrial, onde a partir desse período o problema teve um crescimento gigantesco, o que provocou inúmeras catástrofes ambientais.

Segundo Barbieri (2009), na figura 1, as preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes conjuntos de forças que interagem reciprocamente: o governo, a sociedade e o mercado:

Figura 1 – Gestão ambiental: influências

Fonte: BARBIERI (2009)

Assim, pode-se observar na figura 1 que, se não houvesse pressões da sociedade e medidas governamentais, não se observaria o crescente envolvimento das empresas em matéria ambiental.

Quando se explora o meio ambiente, buscando o benefício privado, na maioria das vezes, causam-se impactos ambientais que afetam negativamente o bem estar de outras pessoas que não tem relação com quem os gera. Estes impactos constituem custos externos, ou externalidades, para as empresas.

Conforme Dias (2009), os principais fatores externos que provocam uma resposta das empresas no sentido de diminuir a contaminação seriam:

- 1) O papel do Estado (a regulação formal): a legislação ambiental, juntamente com as instituições ambientais e as atividades de controle de contaminação realizadas por estas em todos os níveis, limitam a liberdade da empresa para contaminar. O Estado utiliza esses instrumentos legais com o objetivo de proteger a saúde das pessoas e o bem comum, representando pelo ambiente natural e os benefícios que causa à sociedade mais geral.
- 2) A comunidade local (regulação informal): as comunidades locais onde estão localizadas as unidades empresariais cada vez mais se tornam importantes atores em relação aos problemas de contaminação, pois são as primeiras que sofrem as consequências da poluição, e em função disso apresentam uma capacidade de resposta mais rápida, afetando as decisões das empresas no que tange a um maior controle ambiental.
- 3) O papel do mercado: as empresas, de modo geral, operam em vários mercados, que podem ser tanto locais, regionais, nacionais ou global. Há um crescente aumento da consciência ambiental, que varia em função de cada mercado. Os países mais desenvolvidos, as regiões mais desenvolvidas de

um mesmo país são os que mais consomem produtos ecológicos; isso envolve a reputação da empresa como benfeitora ou não do meio ambiente.

4) Os fornecedores: há um número crescente de empresas que são fornecedoras de outras que necessitam ter um bom desempenho ambiental em toda a sua cadeia produtiva, o que as obriga a fazerem exigências aos seus próprios fornecedores para que sejam portadores de certificações ambientais e se tornem unidades produtivas respeitadas com o meio ambiente. (DIAS, 2009, p. 49)

Portanto, a contaminação industrial, é fruto da impossibilidade de transformação total dos insumos em produtos, e essas perdas formam resíduos que contaminam o ar, a água ou o solo.

De acordo com Crosbie; Knight (1995) *apud* Barbieri (2009), uma empresa sustentável seria aquela que cria valor de longo prazo aos acionistas ou proprietários e contribui para a solução dos problemas ambientais e sociais, para os autores, os negócios ou empresas sustentáveis são as que:

- satisfazem as necessidades atuais usando recursos de modo sustentável;
- mantêm um equilíbrio em relação ao meio ambiente natural, com base em tecnologias limpas, reuso, reciclagem ou renovação de recursos;
- restauram qualquer dano causado por eles;
- contribuem para solucionar problemas sociais em vez de exacerbá-los; e
- geram renda suficiente para se sustentar. (CROSBIE; KNIGHT, 1995, p. 250 *apud* BARBIERI, 2009, p. 115)

Nos dias atuais existem diversas iniciativas voluntárias do setor financeiro que estabelecem critérios ambientais para os tomadores de créditos.

Segundo Dias (2009), há vários benefícios financeiros que podem ser obtidos pelas empresas ao reduzirem os resíduos lançados no meio ambiente natural e adotarem mecanismos de controle da poluição, entre esses benefícios, o autor cita os que seguem:

- a) menores gastos com matéria prima, energia e disposição de resíduos, com menor dependência de instalações de tratamento e de destinação final de resíduos;
- b) redução ou eliminação de custos futuros decorrentes de processos de despoluição de resíduos enterrados ou de contaminação causada por eles;
- c) menores complicações legais (que representam ganhos obtidos pelo não pagamento de multas ambientais);
- d) menores custos operacionais e de manutenção;
- e) menores riscos, atuais e futuros, a funcionários, públicos e meio ambiente e, conseqüentemente, menores despesas. (DIAS, 2009, p. 51)

Importante salientar, que em muitos casos, a redução da contaminação pode ocorrer sem necessidade de investimento, apenas com a melhoria da gestão e das práticas adotadas ao longo do processo de fabricação.

Para que uma empresa torne-se ambientalmente responsável, esta precisa engajar-se profundamente no novo modo de ver e fazer as coisas.

Assim, o grau de desenvolvimento da empresa com a questão ambiental altera-se em decorrência com a função da importância que a organização dá para a variável ecológica onde sua decisão dependerá tanto do ambiente natural externo como também da unidade produtiva, dos recursos naturais de que necessita e do grau de contaminação ambiental que seu processo produtivo gera.

Dias (2009) ensina que, entre as vantagens competitivas da gestão ambiental, pode-se identificar as seguintes:

- com o cumprimento das exigências normativas, há melhora no desempenho ambiental de uma empresa, abrindo-se a possibilidade de maior inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade;
- adotando um *design* do produto de acordo com as exigências ambientais, é possível torná-lo mais flexível do ponto de vista de instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior;
- com a redução do consumo de recursos energéticos, ocorre a melhoria na gestão ambiental, com a conseqüente redução nos custos de produção.
- ao se reduzir ao mínimo a quantidade de material utilizado por produto, há redução dos custos de matéria prima e do consumo de recursos;
- quando se utilizam materiais renováveis, empregando-se menos energias pela facilidade de reciclagem, melhora-se a imagem da organização;
- com a otimização das técnicas de produção, pode ocorrer melhora na capacidade de inovação da empresa, redução das etapas de processo produtivo, acelerando o tempo de entrega do produto e minimizando o impacto ambiental do processo. (DIAS, 2009, p. 52-53)

Importante também destacar quanto a questão da otimização do uso do espaço nos meios de transporte, pois existe a redução nesse tipo de gasto desde que ocorra a diminuição do consumo de gasolina, o que diminui a quantidade de gases no meio ambiente.

Interessante mostrarmos alguns estímulos que podem incentivar uma empresa a adotar métodos de gestão ambiental, além é claro, dos interesses econômicos, como os que seguem, tanto internos quanto externos, segundo mostrado por Dias (2009):

- A) Estímulos Internos
- A necessidade de redução de custos;
 - Incremento na qualidade do produto;

- Melhoria da imagem do produto e da empresa;
- A necessidade de inovação;
- Aumento da responsabilidade social;
- Sensibilização do pessoal interno.

B) Estímulos Externos

- Demanda do mercado;
- A concorrência;
- O poder público e a legislação ambiental;
- O meio sociocultural;
- As certificações ambientais;
- Os fornecedores. (DIAS, 2009, p. 59)

Portanto, às empresas tem sido reputado o papel de vilas da sociedade, como as grandes responsáveis do processo de degradação do ambiente natural, porém a responsabilidade pela poluição do planeta não pode estar localizada num só agente determinado; em consequência, a sociedade como um todo é que deve assumir o problema como seu, sendo que cada um cumpre um papel para enfrentá-lo, maior ou menor, segundo cada caso.

2.2.1 Empresas e comunidades juntas no crescimento da sustentabilidade

Pode-se dizer que o agravamento das condições ambientais provocou ao mesmo tempo aumento da consciência dos cidadãos sobre a importância do meio ambiente natural, neste sentido, Dias (2009, p. 69) “[...] as sociedades estão aumentando suas exigências aos agentes mais diretamente envolvidos, particularmente administrações públicas e empresas”. Ou seja, no caso do poder público, pelo seu papel de responsável pelo bem comum; e já no caso das empresas, como os principais visíveis de contaminação do ambiente.

No mesmo sentido, Barbieri (2009),

[...] outra fonte de pressão sobre as empresas advém do aumento da consciência da população em geral e, principalmente, segundo dos consumidores que procuram cada vez mais utilizar produtos e serviços ambientais saudáveis. Um aspecto visível desse novo tipo de consumidor é a prática de diferenciar produtos e serviços pelo desempenho ambiental. O surgimento de rótulos ou selos verdes em muitos países [...] é um indicador da importância do desempenho ambiental como critério definidor das escolhas por parte dos consumidores na hora de realizar suas compras. (BARBIERI, 2009, p. 116)

Conforme James (1997, p. 41), quanto ao incentivo da indústria, “[...] estas estão se tornando mais responsáveis para com o meio ambiente, à medida que os problemas ambientais aparecem nos meios de comunicação”.

As empresas são responsáveis, indiretamente, pelo crescimento do interesse pelo meio ambiente, pois foram as causadoras dos principais desastres ambientais do século XX que despertaram, de certa maneira, a consciência coletiva para esses problemas.

Com o aumento da expectativa por melhor qualidade de vida, a ação dos agentes ambientalmente ativos torna-se cada vez mais importante, pois segundo Dias (2009, p. 71) “[...] são portadores de um saber técnico-científico e conseguem traduzir para a comunidade a complexidade dos processos ecológicos que a envolvem, identificando deste modo as fontes possíveis de qualquer degradação ambiental”.

Assim, em função desse quadro é que aumenta a responsabilidade das empresas, não só para atender às exigências legais e de uma cidadania cada vez mais ativa, mas, principalmente, estabelecendo-se como unidades integradas numa perspectiva de sustentabilidade do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, intensifica-se o entendimento de que a proteção à natureza torna o ambiente mais saudável, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida.

Segundo James (1997), um dos mais conhecidos programas industriais para redução do lixo na fonte é o Princípio de Pagamentos para Prevenção da Poluição (3P), onde:

[...] introduzido em 1975 pela fábrica norte-americana 3M. O programa procura meios de economizar dinheiro, reduzindo ou reutilizando material descartado, e é mantido por equipes de treinamento e planos de bônus financeiros. A 3M descobriu que o Princípio 3P não apenas ajudou o meio ambiente, como também economizou à companhia muito dinheiro fasto em energia e custos de produção. Mais recentemente, a multinacional *Dow Chemical Company* lançou seu programa “remuneração pela redução permanente do lixo” para reduzir o lixo que é lançado no meio ambiente. A *Dow* diz: “a redução do lixo exerce um papel crucial na proteção ambiental e, a longo prazo, no crescimento de nossos negócios”. (JAMES, 1997, p. 41)

Um fator muito importante, diz respeito as empresas têm que levar em consideração, prioritariamente, a legislação municipal no local onde esta instalada, pois há uma variação, mesmo que pequena, entre as legislações municipais, o que observa-se um fruto maior ou menor da mobilização de seus cidadãos e organizações.

Portanto, deve-se levar em consideração o papel cada vez maior que devem assumir os Municípios no acompanhamento dos processos ambientais que ocorrem em seu território,

pois a degradação do ambiente natural reflete de imediato na gestão municipal, que se vê envolvida e pressionada para solucionar o problema.

Portanto, não devemos esquecer que, o verdadeiro desenvolvimento, mais do que autossustentável, teria de ser auto preservaste no sentido de procurar, ativamente, criar condições de auto preservação das culturas tradicionais, valorizando-as de modo a inibir as pressões do consumismo.

A gestão ambiental visa o uso de práticas que garantem a preservação do meio ambiente. Conforme a sociedade vai se conscientizando da importância de se preservar o meio ambiente as empresas buscam meios de desenvolver suas atividades de maneira racional. O próprio consumidor passa a procurar produtos que consome preocupado com a responsabilidade social das empresas e o que elas produzem. Sendo assim surgiram algumas formas de certificações como, por exemplo, a ISO14000, que atestam que uma determinada empresa pode executar suas atividades com base nos padrões da gestão ambiental.

É preciso que a conscientização da preservação do meio ambiente esteja em toda a empresa, até mesmo no comportamento do dia-a-dia das pessoas que a integram.

Segundo os autores Carvalho; Andrade; Tachizawa (2006, p. 7) “[...] as estratégias de marketing adotadas pelas empresas estão sendo moldadas visando á melhoria da imagem, por meio da criação de novos produtos verdes e de ações voltadas para a proteção ambiental”.

Ao incorporar o marketing verde, a empresa deve informar a seus consumidores as vantagens de se adquirir produtos ou serviços ambientalmente responsáveis, de forma a estimular e despertar o desejo do mercado por este tipo de produtos.

2.3 Dimensões da sustentabilidade nas organizações

Para Dias (2009), o desenvolvimento sustentável nas organizações exibem três dimensões: a econômica, a social e a ambiental.

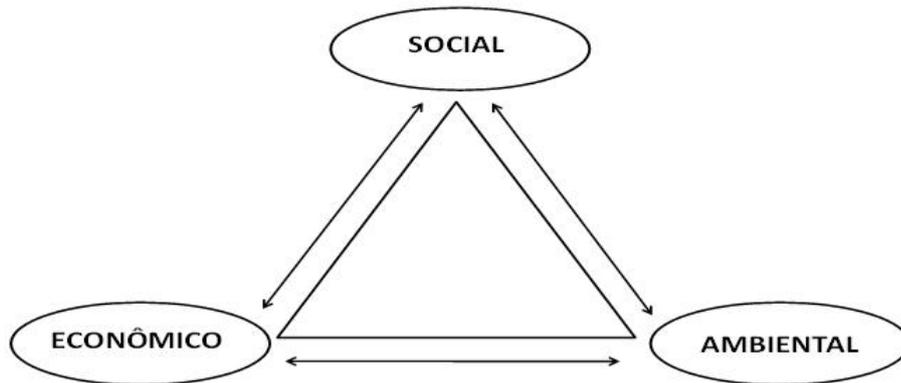
Do ponto de vista econômico, para que uma empresa seja sustentável seu papel deve ser cumprido na sociedade, ou seja, ela precisa ser economicamente viável, realizando seu papel na sociedade gerando retorno dos investimentos realizados pelo capital privado.

No âmbito social, a empresa deve fornecer aos seus colaboradores as melhores condições de trabalho, oferecer oportunidades aos deficientes em geral e sua equipe deve participar ativamente de atividades socioculturais da comunidade que vive em torno da unidade produtiva.

No termo ambiental, a organização deve optar pela eco-eficiência dos processos produtivos, adotar produção mais limpa, conceder condições para propagar a cultura organizacional empregando uma responsabilidade ambiental, buscando não contaminar qualquer tipo de ambiente natural.

Porém é fundamental que estas três dimensões tenha equilíbrio permanente, sendo levado em consideração pelas organizações que operam em cada campo: econômico (organizações empresariais), social (sindicatos) e ambiental (entidades ambientalistas). Deve ser definido um acordo por meio das organizações mantendo um diálogo constante entre as três dimensões para que nenhuma delas alcance o grau máximo permitido e nem o grau mínimo intolerável, de modo que a sustentabilidade do sistema seja mantida. A figura 2 a seguir representa o equilíbrio entre os três pilares.

Figura 2 - Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade.



Fonte: Dias (2009, p. 41).

Pode-se dizer que a posição global compreende como sustentabilidade, a excelência nas dimensões econômica, social e ambiental. Os resultados também são obtidos através de práticas que garantem níveis de excelência nesses três pilares.

Deste modo, a liderança das organizações deve obter um lucro satisfatório, os sindicatos devem procurar pleitear o possível, com a finalidade de conservar o equilíbrio, e as entidades ambientalistas deverão ser mais flexíveis de forma que o meio ambiente natural não seja agredido de forma irreversível, ou seja, deve buscar a harmonia do desenvolvimento econômico com a proteção ao meio ambiente.

2.4 Gestão ambiental empresarial e competitividade: vantagens de ser uma organização sustentável

Atualmente a gestão ambiental tem se destacado cada vez mais em termos de competitividade, em razão aos benefícios que acompanham o processo produtivo e alguns elementos que são potencializados.

Segundo Carvalho; Andrade; Tachizawa (2006):

[...] a preservação do meio ambiente converteu-se em um dos fatores de maior influencia na década de 90, com grande rapidez de penetração de mercado. Assim, as empresas começam a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo aumentar a lucratividade de seus negócios. (CARVALHO; ANDRADE; TACHIZAWA, 2006, p. 7)

Para Loures (2008),

[...] negócios sustentáveis são aqueles em que estão presentes e atuantes com competências capazes de, no mínimo, criar valor econômico-financeiro sem causar danos ao meio ambiente, ou a terceiros. Num plano mais elevado, podemos ir além fazer com que o próprio negócio faça bem para o mundo, na medida em que é capaz de atender uma necessidade, gerar lucro e, simultaneamente, causar um impacto positivo nas dimensões socioambiental e política. (LOURES, 2008, p. 17)

O grau de competitividade resulta de um grupo de elementos, diversos e complexos, que são dependentes um do outro e devem se interagir, assim como: custos, qualidade dos produtos e serviços, nível de controle de qualidade, capital humano, tecnologia e capacidade de inovação. (DIAS, 2009)

Ressalta-se que qualquer parecer em relação a questão ambiental, dá uma impressão de aumento de despesas aumentando dessa forma os custos de produção, o que não demonstra verdade. Porém o fato de uma empresa não possuir um sistema de gestão ambiental pode trazer danos a sua imagem e conseqüentemente a perda de competitividade, o que faz com que a questão seja melhor analisada.

Salienta-se que as empresas que estão mais aptas estrategicamente podem obter vantagens competitivas através da gestão ambiental, melhorando e reduzindo custos, melhorando continuamente seus processos e abrindo novas oportunidades.

Para Barbieri (2008, p. 126) entende-se por estratégia “[...] o estabelecimento de objetivos e ações que alcancem efeitos no ambiente de negócio em que a empresa atua ou pretende atuar, colocando-a numa posição de vantagem”.

De acordo com Dias (2009), entre as vantagens competitivas da gestão ambiental, pode-se apontar as seguintes:

- Com o cumprimento das exigências normativas, há a melhora no desenvolvimento ambiental de uma empresa, abrindo-se a possibilidade de maior inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade;
- Adotando um *design* do produto de acordo com as exigências ambientais, é possível torná-lo mais flexível do ponto de vista de instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior;
- Com a redução do consumo de recursos energéticos, ocorre a melhoria na gestão ambiental, com a conseqüente redução nos custos de produção;
- Ao se reduzir ao mínimo a quantidade de material utilizado por produto, há a redução dos custos de matéria-prima e do consumo de recursos;
- Quando se utilizam materiais renováveis, empregando-se menos energia pela facilidade de reciclagem, melhora-se a imagem da organização;
- Com a otimização das técnicas de produção, pode ocorrer melhoria na capacidade de inovação da empresa, redução das etapas de processo produtivo, acelerando o tempo de entrega do produto e minimizando o impacto ambiental do processo;
- Com a otimização do uso do espaço nos meios de transporte, há redução nesse tipo de gasto com a conseqüente diminuição do consumo de gasolina, o que diminui a quantidade de gases no meio ambiente. (DIAS, 2009, p.52 e 53)

Segundo North (1997) *apud* Barbieri (2008), a gestão ambiental pode proporcionar os seguintes benefícios estratégicos:

- (a) Melhoria de imagem para empresa;
- (b) Renovação do portfólio de produtos;
- (c) Produtividade aumentada;
- (d) Maior comprometimento dos funcionários e melhores relações de trabalho;
- (e) Criatividade e abertura para novos desafios;
- (f) Melhores relações com autoridades públicas, comunidades e grupos ambientalistas ativistas;
- (g) Acesso assegurado aos mercados externos; e
- (h) Maior facilidade para cumprir os padrões ambientais. (NORTH (1997) *apud* BARBIERI (2008, p.125)

Assim, a abordagem ambiental estratégica significa tratar sistematicamente as questões ambientais, para proporcionar princípios aos integrantes do ambiente de negócio do empreendimento que os diferenciam dos seus concorrentes e colaborem para favorecê-los de vantagens competitivas sustentáveis. (BARBIERI, 2009, p. 127)

2.5 Mecanismos da sustentabilidade: procedimentos para as organizações se tornarem sustentáveis

2.5.1 Eco-eficiência

Para garantir a sobrevivência de uma empresa e fazer com que ela seja apontada como fornecedora de serviços ou produtos que agregam princípios à sociedade é necessário muito mais do que uma soma de atitudes empresariais para atender o mercado. As empresas que permanecerão estarão expostas a ambiente muito mais rigoroso que atualmente, tanto no que se diz a respeito de preço e qualidade de seus produtos, como no que se refere à sustentabilidade, ou seja, a sociedade estará analisando elas de acordo com a sua “eco-eficiência”.

Nesse aspecto, Dias (2009) pondera que:

[...] a eco-eficiência atinge-se através da oferta de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro lado, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível, que, pelo menos, respeite a capacidade de sustentação estimada para o planeta Terra. (DIAS, 2009, p. 130)

A definição de eco-eficiência vem sendo seguido por empresas do mundo todo, certificando o comprometimento de seus sistemas de produção, produtos e serviços, com ações econômica e ambientalmente corretas. A empresa que buscar a eco-eficiência começa a aplicar medidas como a minimização da utilização de matérias-primas virgens passando a consumir matéria reciclada, focando seus esforços para diminuição da toxicidade de seus produtos e aumentar sua vida útil, reduzir o consumo de energia elétrica, entre outros. (CEMPRE, 2013)

Para Barbieri (2008, p. 138) a eco-eficiência é “[...] obtida pela entrega de produtos e serviços com preços competitivos que possam saciar as necessidades humanas favorecendo a qualidade de vida, diminuindo os impactos ecológicos e a intensidade dos recursos ao longo do seu ciclo”. O autor ainda acrescenta que uma empresa para ser eco-eficiente precisa:

- (a) Minimizar a intensidade de materiais nos produtos e serviços;
 - (b) Minimizar a intensidade de energia nos produtos e serviços;
 - (c) Minimizar dispersão de qualquer tipo de material tóxico pela empresa;
 - (d) Aumentar a reciclabilidade dos materiais;
 - (e) Maximizar o uso sustentável dos recursos renováveis;
 - (f) Aumentar a durabilidade dos produtos da empresa; e
 - (g) Aumentar a intensidade dos serviços nos seus produtos e serviços.
- (BARBIERI, 2009, p. 138)

Com a eco-eficiência a competitividade das empresas aumenta, por meio da mitigação de materiais e energia por produto ou serviço, diminuindo ao mesmo tempo as pressões sobre o meio ambiente e melhorando a qualidade de vida.

2.5.2 Produção mais limpa

A produção mais limpa pode ser definida como uma estratégia ambiental preventiva, adotada a processos, produtos e serviços, que tem como finalidade diminuir impactos sobre meio ambiente. (BARBIERI, 2009)

Segundo Dias (2009):

[...] durante o ano de 1989, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA (em inglês, *United Environmental Program – UNEP*), introduziu o conceito de produção mais limpa para definir a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva e integral que envolve processos, produtos e serviços, de maneira que se previnam ou reduzam os riscos de curto e longo prazo para o ser humano e meio ambiente (DIAS, 2009, p.126).

Seguindo o mesmo autor, a produção mais limpa adota os seguintes procedimentos:

- Quanto aos processos de produção: conservando as matérias-primas e a energia, eliminando aquelas que são tóxicas e reduzindo a quantidade e a toxicidade de todas as emissões e resíduos.
- Quanto aos produtos: reduzindo os impactos negativos ao longo do ciclo da vida do produto, desde a extração das matérias-primas até sua disposição final, através de um *design* adequado aos produtos.
- Quanto aos serviços: incorporando as preocupações ambientais no projeto e fornecimento dos serviços. (DIAS, 2009, p. 127)

Assim, pode-se afirmar que as estratégias de produção mais limpa decorrem do resultado da mudança quanto ao enfoque da questão ambiental no âmbito das empresas, que antes era focado no controle da contaminação, passando-se a privilegiar a prevenção propriamente dita.

Para o supramencionado, a produção mais limpa busca:

- Aumentar o consenso mundial para uma visão de produção mais limpa.
- Apoiar a rede de organizações dedicadas à promoção de estratégias de produção mais limpa e à eco-eficiência.

- Ampliar as possibilidades de melhoria ambiental das empresas mediante a capacitação e a educação.
- Apoiar projetos que sirvam de modelo de referência.
- Fornecer assistência técnica. (DIAS, 2009, p. 127)

A produção mais limpa deve ser vista como a realização constante de uma estratégia preventiva integrada abrangendo processos, produtos e serviços com a finalidade de atingir benefícios econômicos e sociais, para a saúde humana e meio ambiente. (BARBIERI; CAJAZEIRO, 2009)

3 SUSTENTABILIDADE E CONTABILIDADE

3.1 Contabilidade ambiental

Com a utilização de um Sistema de Gestão Ambiental, consegue-se trazer benefícios para a organização, bem como melhorar a imagem institucional. Salienta-se que existe também o ganho, por parte da empresa, de certificados que são obtidos quando seguem padrões exigidos, proporcionando maior confiabilidade em seus negócios.

Observa-se que através da publicação do Balanço Ambiental, a Contabilidade mostra transparência em suas atividades deixando claro que a empresa respeita o meio ambiente.

De acordo com Ribeiro (2006), a Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim uma adaptação da tradicional Contabilidade com o intuito de mensurar, esclarecer e identificar eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma empresa.

Segundo Ferreira (2002, p. 185) a contabilidade ambiental é um conjunto de:

[...] procedimentos e métodos apropriados para reconhecer os impactos ambientais (positivos ou negativos) que, por sua vez, venham a impactar, econômica e financeiramente, o patrimônio da empresa; e ainda, oferecer informações que ajudem ao gestor responsável pelo meio ambiente a tomar decisões que venham a contribuir para o lucro e para o desenvolvimento sustentável. (FERREIRA, 2002, p. 185)

Tem-se, ainda que a Contabilidade Ambiental pode demonstrar o inter-relacionamento entre o meio ambiente e a empresa, deixando claro como que o patrimônio é afetado pelas causas ambientais e o que pode ser feito para reduzir ou até mesmo eliminar as agressões ao meio ambiente promovendo a sustentabilidade. (TINOCO; KRAEMER, 2008)

Assim, a contabilidade ambiental possui o papel de fornecer informações corretas quanto a mensuração dos eventos econômicos relacionados com o meio ambiente, possibilitando uma avaliação correta e eficaz do patrimônio.

No entendimento de Veiga (2004), o desafio maior é quando discute-se a questão ambiental, ou seja, na hora de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. O autor pondera que:

[...] as demonstrações contábeis podem ser utilizadas como um canal adequado para verificar evidências principalmente porque nestas estão contidas todas as informações pertinentes à situação patrimonial da empresa em um determinado período. (VEIGA, 2004, p. 25)

Desta maneira, quando soma-se as informações ambientais com os outros tipos de informação, observa-se o enriquecimento nas demonstrações contábeis.

O contador, segundo Ferreira (2002) pode contribuir em cinco áreas quando a questão é o gerenciamento do meio ambiente:

- 1) modificando os sistemas de contabilidade existentes (como no custeio de energia);
- 2) eliminando elementos conflitantes dos sistemas de contabilidade (como nos métodos de investimentos);
- 3) planejando as implicações financeiras de uma agenda ambiental (como nas projeções sobre as despesas de capital);
- 4) introduzindo o desempenho ambiental nos relatórios externos (como nos relatórios anuais);
- 5) desenvolvendo uma nova contabilidade e sistema de informações (como em um balanço patrimonial ecológico). (FERREIRA, 2002, p. 4)

Vale esclarecer que o contador deve verificar e, conseqüentemente reorientar os sistemas de fluxo de caixa e planejamento, para que haja a incorporação das metas de melhorias ambientais e suas respectivas implicações financeiras. Nesse sentido, Veiga (2004, p. 27) explica que “[...] o desenvolvimento de um sistema de gestão que envolve informações contábeis deve considerar variáveis desde o planejamento estratégico até entender o que é um impacto ambiental.”

3.2 Custos variáveis e semivariáveis, fixos

No funcionamento do processo de fabricação ou transformação de uma empresa, toda e qualquer aplicação de recursos, de diferentes formas, expressas em valor monetário, pode ser considerada como um custo para a mesma.

Assim, pode-se considerar como custo todo gasto atribuído à produção, a fim de poder gerar uma receita ou ganho para a empresa.

No entanto, os custos de uma empresa podem ser determinados de várias maneiras, segundo Zortea (2001, p. 8), “[...] um dos critérios para a determinação da variabilidade de cada item que compõe a produção é a dependência dos gastos com o volume da produção.”

Partindo-se deste ponto de vista, observa-se a existência de gastos tanto dependentes quanto independentes do volume de produção de uma empresa.

A partir daí, pode-se discriminar os gastos de produção de uma certa empresa nos seguintes custos, conforme Sanvicente (1987):

- Custos Fixos entende-se como os gastos incorridos no processo de produção e indispensáveis ao funcionamento da empresa, como um só complexo, sem qualquer relação ou dependência com o volume de produção. Como o seu valor total não varia com a variação de volume da atividade, observa-se que o seu valor unitário é que acaba variando com o volume de operação.
- Custos Variáveis são os gastos que aumentam ou diminuem de valor numa relação direta com o maior ou menor volume de produção. Assim, o custo variável total é perfeitamente variável e o custo variável unitário é constante.
- Custos Semivariáveis ou Semifixos gastos cujo comportamento apresenta características de ambas as categorias (misto), ou seja, possui uma parte que não varia com o volume e outra parte que varia. Neste tipo de custo, os valores são constantes dentro de certos intervalos ou limites de volume, variando de forma linearmente crescente à medida que se ultrapassa estes limites ou intervalos. Segundo o próprio autor, nestes casos, pode-se aplicar a análise da regressão linear simples, relacionando o valor dos mesmos com o respectivo volume de operação. (SANVICENTE, 1987, p. 33)

Vale destacar que, se houver a possibilidade de trocar um tipo de matéria-prima por outro mais barato, observa-se que os custos serão alterados refletindo na alteração dos dados da análise já feita. Desta maneira, deve ser feito um estudo novo das relações entre custos, receita e volume para comparar a nova alternativa com a já existente. (SANVICENTE, 1987)

Como se pode verificar, a análise dos tipos de custo existentes é uma ferramenta de total relevância para se fazer uma análise do ponto de equilíbrio das operações, haja vista que esta última análise observa volume de produção em que o resultado operacional é nulo, ou seja, as receitas operacionais se equivalem ao valor total das despesas operacionais.

Enfim, este tipo de análise acaba facilitando aos empresários a verificação dos volumes, custos e preços de venda necessários para que a empresa possa operar com margem de segurança.

3.3 Componentes da contabilidade ambiental

A contabilidade ambiental suporta a contabilidade ambiental gerencial (a qual auxilia as decisões internas da empresa, envolvendo todo o processo produtivo, os quais são tidos

como potenciais causadores dos problemas ambientais) e também a contabilidade ambiental financeiro (tem como objetivo a avaliação, identificação e evidenciação dos eventos financeiro-econômicos relacionados ao meio ambiente). (VEIGA, 2004)

No tocante aos gastos ambientais, as despesas ambientais são todos os gastos que envolvem o gerenciamento ambiental, os quais são consumidos em um determinado período e incorridos na área administrativa.

Já os custos ambientais são todos aqueles custos relacionados indiretamente ou diretamente com a proteção do meio ambiente, como por exemplo, as aquisições de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes; todas as maneiras de amortização dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental pertencentes a empresa; as disposições, reduções ou eliminação dos resíduos poluentes; recuperação ou restauração de áreas contaminadas; mão de obra usada nas atividades de controle, preservação ou recuperação ambiental.

Os gastos que não proporcionam benefícios para a empresa são chamados de perdas ambientais, podendo ser normais, ou seja, são aquelas previsíveis e tidas como aceitáveis e tem as anormais que são as inesperadas e de volume relevante.

No tocante ao ativo e passivo ambiental, o primeiro é constituído por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas que tragam benefícios econômicos futuros para a empresa visando sempre à preservação, recuperação e proteção do meio ambiente. Já o segundo são os benefícios econômicos que serão sacrificados em prol da necessidade de proteger, preservar e recuperar o meio ambiente, permitindo a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico.

Já as receitas ambientais são as prestações de serviços especializados em gestão ambiental, como por exemplo, a venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; redução do consumo de água e energia; redução do consumo de matéria-prima; venda de produtos reciclados.

Assim, torna-se importantíssimo a implantação de um sistema de gestão ambiental, para que desta maneira obtenha-se um melhor relacionamento de suas atividades buscando sempre a eliminação ou minimização dos impactos junto ao meio ambiente através de ações preventivas.

Nos exemplos das empresas a seguir fica evidente que a gestão ambiental começa a ser encarada como um assunto estratégico dentro das organizações, tornando-se cada dia mais um fator de total relevância para a competitividade dentro do ramo escolhido.

3.3 Fundação O Boticário

A história da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza começou com a preocupação e com o interesse pessoal de Miguel Krigsner, presidente de O Boticário, em contribuir para a proteção do patrimônio natural do Brasil. A empresa já desenvolvia uma série de ações de responsabilidade social e ele tinha a intenção de desenvolver um projeto mais amplo e estruturado. A primeira ideia foi lançar uma campanha nacional, em que para cada perfume vendido, O Boticário plantaria uma árvore. Miguel Krigsner e diretores da empresa convidaram, então, a Fundação de Pesquisas Florestais da Universidade Federal do Paraná para uma consultoria sobre o projeto. Miguel Milano, então diretor dessa fundação, fez uma análise da proposta e avaliou que o projeto seria de pouca viabilidade. A pedido da presidência da empresa, Milano preparou um novo projeto, que se tornaria a base da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Em vez de plantar novas árvores, o apoio a projetos permitiria apoiar iniciativas de proteção da natureza em todo o Brasil, sejam elas em forma de pesquisas ou desenvolvimento de ações efetivamente conservacionistas. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Três fatos principais contribuíram para a criação da Fundação O Boticário. Primeiramente, o interesse e sensibilização do presidente da empresa e fundador da instituição, Miguel Gellert Krigsner, para a preservação da natureza, que, quando ainda estudante, assistiu a uma palestra do ambientalista José Lutzenberg. Inspirado também no funcionamento da organização israelense KKL (Keren Kayemeth Le Israel) que, desde 1901 vem recuperando áreas em Israel e que já promoveu o plantio mais de 200 milhões de árvores neste país e, ainda, buscando atender a uma demanda dos clientes de O Boticário, que associavam a marca à conservação do meio ambiente e repetidamente solicitavam à empresa o financiamento de projetos na área, Miguel Krigsner contratou uma consultoria para descobrir a melhor maneira de contribuir para a conservação da natureza brasileira. O resultado foi a criação de uma organização autônoma, que abraçasse a causa com afinco - a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

3.3.1 Responsabilidade social

O maior projeto de responsabilidade social da empresa O Boticário, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, foi criado em 1990. Por meio de sua política de

investimento social privado, a empresa destina, anualmente, 1% de sua renda líquida a projetos sociais; deste valor, cerca de 80% são destinados à fundação. A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza é uma instituição sem fins lucrativos, supervisionada pelo Ministério Público. Sua missão é promover e realizar ações de conservação da natureza. (INSTITUTO ETHOS, 2005)

A visão da Fundação O Boticário é ser sempre exemplo em conservação da natureza pela capacidade transformadora e multiplicadora de suas ações. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

A sede administrativa da Fundação O Boticário fica no Paraná, mas a atuação da organização é nacional. Os projetos apoiados estão distribuídos por todo o Brasil, espalhando pelo país resultados e ideias inovadoras sobre conservação da natureza. Do mesmo modo, os cursos e publicações da Fundação consolidam, cada vez mais, uma grande rede de profissionais qualificados e cidadãos mobilizados para atuar no setor ambiental e disseminar conceitos de conservação da natureza.

O Conselho Gestor da Fundação é composto por nove membros, entre os quais seis profissionais com comprovado e histórico envolvimento com a conservação da natureza no Brasil. Administrativamente, a Fundação O Boticário possui um quadro bastante qualificado para desenvolver suas atividades. Faz parte dessa estrutura doutores, mestres e especialistas em diversos campos do conhecimento, tanto nas áreas técnicas de conservação da natureza quanto nas áreas administrativas, que dão suporte ao trabalho. Além disso, profissionais da empresa O Boticário prestam serviços nas áreas jurídica, contábil, de gestão e de comunicação e marketing. Ao longo de sua história, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza tem ajudado a conservar áreas naturais, salvar plantas e animais em extinção e despertar as pessoas para a importância da proteção de ambientes naturais, o que se tornou um ciclo: a fundação apoia a conservação, efetivamente protege a natureza e educa para a proteção. (INSTITUTO ETHOS, 2005)

No começo de 1991, foi lançado o primeiro edital para seleção de projetos que seriam apoiados pela fundação. Essa foi a solução encontrada para canalizar os anseios de proteger a natureza, demonstrados pela empresa O Boticário. O primeiro edital do Programa de Incentivo à Conservação da Natureza recebeu 124 propostas, das quais apoiou 54. Daí em diante, o reconhecimento e o respeito pelas iniciativas da Fundação O Boticário cresceram e permitiram a consolidação de importantes parcerias e iniciativas. (INSTITUTO ETHOS, 2005)

Em 1994, outro passo importante é consolidado com a criação da Reserva Natural Salto Morato, no litoral norte do estado do Paraná. A área faz parte de uma das maiores sequências contínua do que restou da Floresta Atlântica e, em 1999, foi reconhecida como Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Estruturava-se, naquele momento, o segundo programa da Fundação O Boticário, chamado de Programa de Áreas Naturais Protegidas, que visa à proteção dos ambientes naturais brasileiros. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Sempre atenta às necessidades e movimentações da sociedade, desde o início de sua atuação, a Fundação O Boticário também desenvolveu ações relacionadas à geração e disseminação de informações qualificadas sobre a natureza, que se sistematizaram no Programa de Educação e Mobilização. Com estas iniciativas, a fundação busca compartilhar conhecimentos e sensibilizar as pessoas sobre o papel de cada um para a conservação da natureza brasileira. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Com esse espírito, em 2001, surge a Estação Natureza, exposição interativa que leva os visitantes a uma verdadeira excursão pelas riquezas naturais do Brasil. O espaço tornou-se referência no relacionamento com escolas de toda a região de Curitiba, como local de aprendizado e fonte de subsídios de qualidade para enriquecer a abordagem sobre o meio ambiente nas salas de aula. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Segundo a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, a mesma encontra-se organizada em três grandes eixos de atuação, os quais serão analisados nos próximos tópicos.

3.3.2 Apoio a Projetos

O Programa de Incentivo à Conservação da Natureza patrocina projetos de pesquisa e proteção a espécies importantes ou em risco e seus ecossistemas, ações de educação ambiental, campanhas de conscientização e eventos como seminários e reuniões técnicas, sempre com foco em conservação da natureza. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Duas vezes por ano, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza lança editais para inscrição de propostas, que devem se enquadrar nas áreas de manejo de unidades de conservação; conservação e manejo de espécies ameaçadas; fiscalização e proteção ambiental; valorização e manejo de áreas verdes urbanas; controle de espécies exóticas invasoras; restauração de ecossistemas; desenvolvimento e implementação de políticas públicas e legislação ambiental; pesquisa aplicada em ecologia e conservação da natureza. A seleção das

propostas inscritas é feita com a colaboração de 100 consultores voluntários, especialistas reconhecidos em diversas áreas de conhecimento relacionadas à conservação da natureza. Os projetos selecionados pelo comitê técnico são encaminhados ao Conselho da Fundação O Boticário para análise final, que indica quais projetos serão apoiados efetivamente. Em cada edital são apresentadas, em média, 300 propostas. Entre elas são aprovadas, aproximadamente, 20 iniciativas, que correspondem a um investimento de cerca de R\$ 500.000,00. Até o primeiro semestre de 2004, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza somava 904 projetos apoiados em todas as regiões do Brasil, em um investimento aproximado de 5,3 milhões de dólares. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Além disso, desde 2001, a Fundação O Boticário, em parceria com a *Inter-American Foundation* (IAF – Fundação Interamericana), iniciou uma linha de apoio a projetos chamados “Fundo de Apoio a Projetos de Eco-desenvolvimento”. A meta deste projeto é utilizar recursos do fundo para apoiar iniciativas que busquem conciliar a proteção dos recursos naturais com o desenvolvimento das comunidades do entorno de Unidades de Conservação. Até 2004, cinco iniciativas foram selecionadas e passaram a receber apoio da fundação. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

3.3.3 Áreas Naturais Protegidas

O Programa de Áreas Naturais Protegidas foi criado para proteger ambientes de alta concentração de biodiversidade onde existe ainda um razoável equilíbrio natural. Este programa tem como objetivo incentivar a conservação de terras privadas, auxiliar para que as unidades de conservação públicas realmente protejam o patrimônio natural do Brasil e criar reservas naturais privadas, assegurando a proteção de áreas importantes para a conservação da biodiversidade. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Um dos resultados concretos desta iniciativa é a criação e a manutenção da primeira área da Fundação O Boticário: a Reserva Natural Salto Morato. Localizada em Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, a reserva protege um importante remanescente de um dos biomas mais ameaçados de Brasil, a Floresta Atlântica. Com uma área de 2.340 hectares, Salto Morato conta com infraestrutura para pesquisa científica, educação ambiental, capacitação e recreação ao ar livre. Em dezembro de 1999, a Reserva Natural Salto Morato foi declarada Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco. Para ampliar a mobilização em torno da preservação da área, a Fundação O Boticário desenvolve um programa de extensão comunitária, que envolve

a mobilização de proprietários locais e o apoio a formas alternativas de renda para famílias que viviam de práticas predatórias. Reconhecida como referência em administração e manejo, a Reserva Natural Salto Morato concilia a proteção integral de áreas naturais com a oferta de um espaço adequado para a realização de cursos e pesquisas sobre conservação da natureza. Desde sua inauguração, várias atividades acadêmicas e escolares, de formação, intercâmbio e lazer já foram desenvolvidas na reserva. Entre as pesquisas realizadas em sua área, destaca-se, por exemplo, a descoberta de uma nova espécie de peixe que foi batizada pelos pesquisadores como *Listrura boticário*, em homenagem à fundação. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

A Reserva Natural Salto Morato é considerada destino certo por visitantes que buscam um refúgio para descanso, contemplação e contato direto com a natureza. Até o primeiro semestre de 2004, mais de 55 mil pessoas visitaram a reserva. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

O programa de Áreas Naturais Protegidas desenvolve ainda duas ações estratégicas em favor da conservação da natureza:

a) Incentivo à Conservação de Terras Privadas. Para ampliar a extensão das áreas protegidas no Brasil, a Fundação O Boticário incentiva proprietários particulares a utilizar mecanismos legais para a proteção de suas terras. Por meio do trabalho conjunto com esses proprietários, a fundação disponibiliza informações sobre a legislação pertinente, indicando medidas de proteção mais adequadas para a efetividade de ações em cada propriedade ou área;

b) Fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Com esta atividade, a Fundação O Boticário busca contribuir para a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, disponibilizando informações para que as ações de proteção das áreas sejam cada vez mais eficientes. Para isso, utiliza uma metodologia de monitoramento e observação das áreas públicas, que possibilita a coleta de dados e informações que são compartilhadas com os responsáveis pelas unidades de conservação e com organizações de todo o mundo. Essa ferramenta foi desenvolvida em conjunto com o programa Parks Watch, da Duke University, e é aplicada em parceria com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Na prática de Áreas Naturais Protegidas, a Fundação O Boticário ainda atua na mobilização da opinião pública e influenciando políticas em favor das unidades de conservação nacionais.

3.3.4 Educação e Mobilização

Para disseminar conhecimentos, valores e atitudes na conservação da natureza, a Fundação O Boticário buscou condições para que suas ações pudessem mobilizar a sociedade. O Programa de Educação e Mobilização utiliza recursos diversos para atingir, sensibilizar e mobilizar o maior número de pessoas, dos diferentes segmentos sociais, para a proteção da natureza. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Uma das primeiras ações desde programa foi o apoio à empresa na formatação e implementação da campanha dos 3R (Reduzir, Reciclar e Reutilizar) na fábrica de O Boticário, em 1998. A fundação preparou uma apostila com a metodologia para o desenvolvimento dessa campanha, levando aos funcionários informações sobre volumes de lixo gerados nas rotinas de trabalho e propostas sobre o que cada um pode fazer para evitar desperdício e ajudar a preservar a natureza. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Para otimizar e dar maior efetividade ao programa, uma nova campanha de gestão ambiental está sendo desenvolvida por um grupo de trabalho que envolve representantes da fundação e de diversos setores da empresa, conforme a Fundação O Boticário:

a) Capacitação em Conservação da Biodiversidade. A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza realiza diversos cursos, oficinas e outras atividades de conservação. O objetivo é melhorar o nível técnico dos profissionais que atuam na gestão de áreas naturais protegidas, ampliar a inserção de temas de conservação no meio acadêmico e junto a outros públicos estratégicos. A maioria dos cursos acontece no centro de capacitação, mantido pela fundação nas instalações da Reserva Natural Salto Morato. Centenas de profissionais, pesquisadores, estudantes e representantes de organizações governamentais e não governamentais de todas as regiões do país têm participado das atividades de capacitação. A oportunidade de troca de experiências e a qualidade da metodologia, desenvolvida e adequada especialmente para abordar o tema conservação da natureza, são alguns dos diferenciais oferecidos pela iniciativa. Até 2004, a Fundação O Boticário realizou 52 cursos e capacitou mais de 1.200 pessoas em diversos aspectos da conservação da natureza. Essa experiência deve se ampliar a partir de 2005 por meio de um convênio recentemente assinado com a *Colorado State University*, dos Estados Unidos.

b) Cursos de Pós-Graduação. Duas instituições de ensino superior são parceiras da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza na realização de cursos de pós-graduação. O curso de especialização “Manejo e Conservação da Biodiversidade” é oferecido em parceria

com a Universidade Tuiuti do Paraná. No nível de mestrado, a fundação é parceira da Universidade Federal do Paraná na realização do “Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação”. Os dois cursos oferecem 40 novas vagas a cada ano, ampliando a pesquisa e os conhecimentos sobre conservação da natureza no país.

c) Publicações. A Fundação O Boticário também publica livros, folhetos e outros materiais de divulgação para disseminar o pensamento e as práticas de conservação da natureza. Até 2004, dez importantes títulos de ampla circulação nacional foram publicados pela fundação. Outras iniciativas nessa área são a série técnica Cadernos de Conservação e a revista Natureza & Conservação, a primeira publicação brasileira totalmente bilíngue sobre conservação da natureza, distribuída a mais de 600 instituições de pesquisa e proteção da natureza, em 45 países.

d) Exposições Fotográficas e Pesquisa Escolar. A Fundação O Boticário organiza, produz e empresta exposições fotográficas sobre temas relacionados à natureza, para utilização em eventos culturais e educativos. A maior procura é feita por escolas e franqueados de O Boticário, que auxiliam a levar a mensagem da fundação mais perto do grande público. Além disso, educadores ambientais e técnicos da equipe da fundação desenvolvem materiais de apoio para pesquisas e atividades escolares sobre natureza e conservação. Esses subsídios são disponibilizados na página eletrônica da fundação.

e) Eventos. A Fundação O Boticário participa constantemente de eventos técnico-científicos relacionados à conservação da natureza e do terceiro setor no Brasil. Sua atuação acontece na forma de apoio financeiro, envio de materiais, realização e organização de palestras e outras atividades. Entre os eventos de destaque, está o Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), realizado pela Fundação O Boticário em parceria com outras instituições desde 1997. A primeira edição do evento aconteceu em Curitiba, PR, em 1997, com 600 participantes. As edições seguintes aconteceram em novembro de 2000, em Campo Grande, MS, com 900 participantes; e em setembro de 2002, em Fortaleza, CE, com 1.300 participantes. Em outubro de 2004, a Fundação O Boticário e a Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação foram responsáveis pela organização do IV Congresso, também na cidade de Curitiba. Este evento consolidou-se como um dos mais respeitados eventos periódicos na área de conservação em toda a América Latina. Nessa edição, além das importantes palestras e conferências proferidas por especialistas renomados na área de unidades de conservação, organizações e empresas nacionais e internacionais apresentaram suas ações de conservação da natureza na I Mostra Brasileira de Unidades de Conservação.

f) Estação Natureza. A Estação Natureza é uma exposição interativa da Fundação O Boticário sobre a natureza do Brasil. O visitante conhece os biomas brasileiros (Floresta Atlântica, Caatinga, Floresta com Araucária e Campos, Floresta Amazônica, Pantanal, Cerrado e Ecossistemas Costeiros) por meio de painéis, totens, brinquedos, cenários, maquetes e outras atrações, que o colocam em contato com as belezas dos ambientes naturais brasileiros e o incentivam a refletir sobre a situação destas áreas no país. A Estação Natureza associa cultura, entretenimento e mobilização social para disseminar valores e despertar a sociedade para a importância da conservação da natureza. A primeira exposição foi instalada no Shopping Estação, um importante centro comercial da cidade de Curitiba. Desde dezembro de 2001, quando foi inaugurado, o espaço recebeu mais de 55 mil visitantes.

A Estação Natureza motiva a visitação de pessoas de todas as idades e segmentos sociais, mas, desde sua criação, a iniciativa buscou estabelecer um vínculo muito próximo com as escolas da região – cerca de 60% das visitas recebidas é formada por grupos de alunos das redes públicas de ensino. Esta aproximação oferece aos professores uma fonte de informações qualificadas para o trabalho sobre meio ambiente em sala de aula.

A Fundação O Boticário entende que este trabalho permite formar as novas gerações com a perspectiva do respeito e do cuidado com a natureza, o que pode contribuir consistentemente para sua preservação. Implantar uma Estação Natureza em cada um das regiões brasileiras também faz parte do projeto de expansão das iniciativas bem-sucedidas da Fundação O Boticário. Articulações com parceiros estão em andamento para a instalação de novas Estações Natureza em outros biomas do Brasil. A segunda Estação Natureza será inaugurada no começo de 2005, na cidade de Corumbá, MS. Situada em região de fronteira, essa unidade deve atender ao público brasileiro, à população de cidades bolivianas vizinhas, além de visitantes de outras regiões do mundo que viajam para o local para conhecer as belezas pantaneiras.

g) Projeto Biomas. O Projeto Biomas foi idealizado pela Fundação O Boticário no intuito de disseminar conhecimentos e valores conservacionistas para a comunidade escolar. A Coleção Biomas, que é o material que compõe o projeto, consiste em um conjunto de sete livretos e uma fita de vídeo com imagens e informações sobre os biomas brasileiros. O material é adequado para uso por professores de todas as áreas e níveis. Até 2004, professores de mais de 300 escolas de Curitiba e região metropolitana receberam capacitação para atuar segundo as propostas do projeto.

h) Trainee em Meio Ambiente. O Programa Trainee em Meio Ambiente tem como foco a formação de profissionais preparados para atuar em meio ambiente de forma

estratégica. Seu objetivo é favorecer o alcance de resultados mais eficazes e rápidos para a conservação da natureza e, assim, fortalecer o setor conservacionista no Brasil. A iniciativa funciona com a participação de jovens profissionais, ligados a organizações conservacionistas de todo o país. Além de atividades de formação, que acontecem no período de um ano, o programa inclui o componente “aprender fazendo”, pois os trainees aplicam e vivenciam o que aprendem em suas organizações. Durante o curso, um “tutor” auxilia e orienta cada participante no desenvolvimento de um projeto, adequado às necessidades da organização em que trabalham. A primeira turma do programa iniciou atividades em janeiro de 2004. Mais de 700 pessoas se candidataram ao processo seletivo e 22 trainees de 18 ONGs foram escolhidos. A turma de 2005 também incluirá trainees vinculados a empresas que desenvolvam trabalho na área de conservação da natureza. O objetivo é ampliar o trabalho de formação de lideranças, alcançando inserção também na área empresarial.

3.3.5 Motivações

O Boticário busca promover e realizar ações para a transformação da realidade social que, pautadas pela ética e focadas nas causas dos problemas, sejam planejadas, monitoradas e continuamente avaliadas. É seu objetivo priorizar ações para a conservação da natureza e do meio ambiente, conscientizar e educar sua rede de relações para que essa política seja por ela assimilada e praticada, fomentando o exercício da cidadania e garantindo os recursos necessários para o cumprimento dessa política, e assegurar a constante análise crítica e adequação dos mesmos, comunicando sistematicamente à sua rede de relações as suas ações de investimento social. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Além da execução de seus projetos, a Fundação O Boticário acredita que sua participação em redes amplia o alcance de sua missão e potencializa seus resultados. Faz parte de sua política e objetivos participar de conselhos e outros espaços de reflexão, discussão e deliberação de iniciativas relacionadas à conservação da natureza. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

A Fundação O Boticário é associada ou mantém delegados junto às seguintes organizações: UICN - União Mundial para a Natureza, Alianza Regional para políticas de *Conservación en América Latina y el Caribe*, Arca Cadastro Nacional de Entidades Ambientais, Gife - Grupo de Institutos Fundações e Empresas, Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Rede de ONG's, Mata

Atlântica, Condomínio da Biodiversidade, Associação Paranaense de RPPNs, Conselho do Parque Nacional do Iguaçu (PR), Conselho do Parque Nacional do Superagui (PR), Conselho da APA de Guaraqueçaba (PR), Conselho da APA da Praia Mole (ES). (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

3.3.6 Aprendizagens

A coerência do discurso com a prática efetiva dos valores da empresa no comprometimento com o meio ambiente foi determinante para o sucesso deste projeto. O alinhamento destes fatores dá consistência ao trabalho e, por consequência, agrega valor à marca. Outro fator importante foi a estruturação e a profissionalização do projeto desde seu início, mostrando o comprometimento e a seriedade da empresa ao assumir este compromisso com a sociedade. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

O maior desafio encontrado durante a implementação do projeto, e que até hoje persiste, é a falta de cultura de investimento social privado no Brasil, tanto por parte da sociedade civil quanto dos órgãos públicos responsáveis. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

A oportunidade identificada a partir da implementação deste projeto foi a condição de mobilizar outras empresas para a causa ambiental por meio do exemplo do trabalho realizado pela fundação. Além disso, com o montante de aproximadamente 10 milhões de dólares, valor menor que a verba anual de marketing de algumas empresas, foi possível patrocinar mais de 900 projetos de conservação da natureza em todo o Brasil, implementar uma reserva particular considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, montar uma exposição interativa sobre as belezas naturais do Brasil, visitado por mais de 65 mil pessoas em três anos, e obter o reconhecimento nacional e internacional pela seriedade do trabalho realizado.v

3.3.7 Recomendações para a replicação da prática

Implementar uma política de responsabilidade social que, em sua concepção, envolva todos os departamentos da empresa, para que todos estejam alinhados com os valores e objetivos. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Focar o investimento social em uma área de atuação (infância, meio ambiente, educação etc.), a fim de potencializar os resultados transformadores da realidade, propostos pelo projeto. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Contratar profissionais especializados para a realização do projeto, mostrando seriedade e comprometimento com a causa escolhida. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Planejar, monitorar e avaliar as ações realizadas para que os resultados propostos sejam alcançados de maneira eficaz e efetiva provocando a transformação da sociedade na qual está inserido. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

Estabelecer políticas de comunicação que permitam disseminar os propósitos do projeto, seus resultados, de modo a mobilizar outras pessoas e organizações a apoiarem ou participarem da execução das atividades. (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO)

CONCLUSÃO

A visível preocupação com o estado atual e o futuro do meio ambiente tem despertado uma postura consciente e ética nas organizações e indivíduos que dele dependem e que nele vivem.

Contribuir com a preservação e a sustentabilidade faz com que as organizações fiquem atentas ao que ocorre atualmente e consigam utilizar as ferramentas indispensáveis e, que acima de tudo consiga-se entender e enxergar o mercado atuante com uma visão holística a ponto de conscientizar os *stakeholders* das ameaças existentes.

Hoje, o mundo está criando um novo tipo de consumidor que pode-se chamar de “consumidor verde” e esse se preocupa com as questões ambientais no seu comportamento de compra, pois, cada vez mais busca por produtos que causam um impacto menor ao meio ambiente, valorizando assim aqueles produtos que são fabricados por empresas ecologicamente responsáveis.

Enfim, gerir negócios com responsabilidade social significa perceber que o lucro deve ser de todos, do negócio e do social, e fomentar lucro social, significa gerar mobilidade social, propondo alternativas para minimizar as diferenças sociais. É um meio de se aliar à produção a sustentabilidade efetiva da empresa que se compromete a priorizar a ação.

É fato que atualmente, tanto as empresas como as gestões públicas estão procurando uma forma de convívio sustentável. Dentro deste convívio nas cidades, a gestão dos resíduos sólidos, onde alguns começam a receber certa atenção quanto ao seu reaproveitamento e a sua reciclabilidade.

Em busca de um melhor fator de custo, todas as indústrias procuram cada vez mais atingir uma maior eficiência em termos de processo, a fim de obter produtos de valor competitivo para o mercado. Nesta ideia de competitividade, termos como sustentabilidade, reciclagem, reaproveitamento e menor desperdício são palavras já absorvidas no cotidiano das empresas sejam privadas ou públicas, unindo-se nesse ideal.

Assim, a alguns anos atrás era mais barato enterrar papéis velhos e plásticos do que eliminá-los ou reciclá-los. Porém, o que se percebe é que, as coisas estão mudando rapidamente e a concepção de foco do problema também mudou, hoje o que se vê é empresas cada vez mais reaproveitando e barateando seus custos através do uso da reciclagem, focando sempre a responsabilidade social.

Desta maneira, conseguir aliar a diminuição e o reaproveitamento dos resíduos com lucros é tarefa essencial para a permanência de uma empresa no mercado. Isso vale também para as gestões públicas, pois colocar estas diretrizes dentro da sua administração é garantia de resultados positivos como redução de despesas ambientais e criação de empregos, além de outros fatores de ordem indireta.

Do ponto de vista contábil, a contabilidade tem a missão primordial de fornecer informações para o controle do patrimônio, avaliando sempre o desempenho da empresa e conseqüentemente ajudando nas tomadas de decisões.

A implementação da contabilidade ambiental surge com o intuito de produzir informações suficientes a fim de permitir uma gestão ambiental direcionada para o desenvolvimento sustentável e não tão somente para os registros das informações passivas ambientais.

Portanto, pode-se afirmar que a implantação da contabilidade ambiental dentro de uma empresa sem, cada dia mais se tornando uma ferramenta de grande valia, afinal permite que a mesma obtenha informações sobre os aspectos gerenciais ambientais da empresa, proporcionando assim uma melhor gestão, conseguindo de maneira eficaz reduzir, controlar e até mesmo eliminar os níveis de emissão de resíduos, gerando lucro.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRO, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em 15 nov. 2014.
- CARVALHO, Ana Barreiros de; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006.
- CEMPRE – Compromisso empresarial para reciclagem. **O que é eco-eficiência?** 2013. Disponível em: <http://www.cempre.org.br/servicos_duvidas.php>. Acesso em 10 jun. 2014.
- CMMAD – Comissão Mundial para o meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. Contabilidade ambiental. In: SCHIMIDT, Paulo (org.). **Controladoria: agregando valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO. Disponível em: <<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/Pages/default.aspx>>. Acessado em 11 de agosto de 2014.
- INSTITUTO ARAYARA. **Educação para a sustentabilidade**. 2012. Disponível em: <<http://voluntariosonline.org.br/ong/Instituto-Arayara>>. Acesso em 08 maio 2014.
- INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/banco_praticas/default.htm>. Acessado em 18 de agosto de 2014.
- JAMES, Barbara. **Lixo e Reciclagem**. São Paulo: Scipione, 1997.
- LOURES, R. C. da R. **Proposições provocativas: ensaios sobre sustentabilidade e educação**. Curitiba: FIEPR, 2008.
- RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: contexto, 2001.

SANVICENTE, Antônio Z. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TINOCO, João Eduardo Predência; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VEIGA, Teresa Maria Lopes da. **Estratégias e sustentabilidade com ênfase na contabilidade ambiental**: estudo de caso na empresa beneficiadora de arroz uma avaliação do método Gaia. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, junho de 2004.

ZORTEA, Rafael Batista. **Análise dos custos para a reciclagem das fibras de papel das embalagens Tetra Pak em Porto Alegre**. Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da UFRGS. v. 1., n. 1, 2º semestre 2001. Porto Alegre.

WOLFF, Simone. **Subsídios ao IV Relatório Nacional para a Convenção sobre diversidade biológica – CDB**: diagnóstico sobre a legislação ambiental brasileira. Junho/2009. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/legistacao_4_relatorio_cdb.pdf>. Acesso em 14 nov. 2014.

WWF. **O que é desenvolvimento sustentável**. 2014. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em 09 jun. 2014.